

QUALIDADE DE VIDA E ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DO SETOR OESTE DA CIDADE DE UBERLÂNDIA/MG

Bárbara Beatriz da Silva Nunes
babibio@bio.ufu.br

Rildo Aparecido Costa
rildocosta1@yahoo.com.br

RESUMO

A urbanização brasileira ocorreu rápida e desordenadamente, o que resultou em problemas socioambientais que afetam a qualidade de vida da população, principalmente no que diz respeito a espaços livres públicos. O objetivo principal dessa pesquisa foi realizar um levantamento das 23 praças do Setor Oeste de Uberlândia-MG, as quais foram analisadas quanto a sua área e a qualidade dos recursos presentes (grama, vegetação arbórea, infraestrutura, equipamentos esportivos e acessibilidade). Os dados coletados foram agrupados em três categorias (terrenos baldios, canteiros ou rotatórias e praças), no entanto houve um caso de uma área que seria destinada para ser instalada uma área verde e houve a construção de uma igreja e de instituições municipais com outros fins. Em todas as categorias foi observado que não havia uma manutenção regular das praças por parte da prefeitura, o que pode ser evidenciado pela presença de pragas (cupins e formigas) em seis praças, nem da população, uma vez que esta foi observada em apenas uma. Os terrenos baldios estão em situação calamitosa, já que além de não receberem os devidos cuidados com sua manutenção, os moradores os utilizam como depósito de lixo, o que pode gerar conseqüências à saúde da população.

Palavras-chave: Planejamento da Paisagem; Praças; Qualidade de Vida; Espaços Livres.

QUALITY OF LIFE AND OPEN PUBLIC SPACES OF WESTERN SECTOR OF UBERLÂNDIA CITY/MG

ABSTRACT

The Brazilian urbanization happened rapid and disorderly, which resulted in socio-environmental problems that affect the quality of life, especially the open public spaces. The main objective of this research was to do a survey of the 23 squares in the Western Sector of Uberlândia-MG, which were analyzed for their area and quality of resources present (grass, trees, infrastructure, sports equipment and accessibility). The data collected were grouped into three categories (vacant lots, green areas or roundabouts and squares), however there was a case of an area that would be designed to be installed a green area, but instead of that, it was built a church and municipal institutions for other purposes. In all categories was observed that there was no regular maintenance of the squares by the city council, which may be evidenced by the presence of pests (termites and ants) in six squares, or elsewhere, since this was seen in only one. The vacant lots are in a dire situation, as well as not receiving the proper care of their maintenance, the residents use them as garbage dump, which can lead to health consequences of the population.

Keywords: Landscape Planning, Squares, Quality of Life; Open Spaces.

INTRODUÇÃO

A urbanização brasileira ocorreu rápida e desordenadamente, sendo que em 1950, o Brasil era um país tipicamente rural e se tornou primordialmente urbano em apenas 20 anos (VICENTINO e DORIGO, 2002), principalmente devido ao êxodo rural (MILLER-JÚNIOR, 2008). Isto resultou em graves problemas socioambientais, os quais necessitam “políticas (programas, projetos e

Recebido em 26/11/2010
Aprovado para publicação em 08/12/2010

legislações) específicas que promovam a melhoria da qualidade de vida da população que habita essas cidades” (MENDONÇA e LIMA, 2000). Historicamente as cidades foram resumidas como local de trabalho e de desenvolvimento econômico, não havendo uma preocupação maior sobre como a qualidade de vida da população e a qualidade ambiental se correlaciona. Além disto, a maioria das cidades não manteve muitas áreas verdes e de recreação comunitárias, o que restringe as opções de lazer da população e reduz a qualidade ambiental local.

O Planejamento da Paisagem tem como função assegurar a qualidade ambiental por intermédio da “proteção e desenvolvimento da natureza com o objetivo de salvaguardar a capacidade dos ecossistemas e o potencial recreativo da paisagem como partes fundamentais para a vida humana” (NUCCI, 2008, p. 9). Além disso, de acordo com Lima e Amorim (2007, p. 2), “a qualidade ambiental pode ser considerada como um equilíbrio entre elementos da paisagem urbana através de um ordenamento do espaço, conciliando principalmente os benefícios da vegetação com os diversos tipos de usos do solo através de um planejamento”, sendo este uma parte fundamental na qualidade de vida humana que abrange outros fatores, como os socioeconômicos, existenciais, etc.

A cobertura vegetal arbórea é um “indicador fundamental na qualidade ambiental e de vida da população, no conforto térmico, entre outros fatores” (LIMA e AMORIM, 2007, p.7), no entanto, a cidade, de modo geral, possui um número reduzido de cobertura vegetal arbórea. A maior parte da cobertura vegetal urbana está sob domínio do poder público, como em praças e parques, além de Áreas de Preservação Permanente. Nem todas estas áreas, no entanto, são consideradas como “espaço livre público”, uma vez que não são destinadas ao lazer da população.

Para se obter uma boa qualidade dos espaços livres e a conseqüente melhoria na qualidade de vida da população, “esses ambientes devem ser agradáveis e estéticos, com acomodações e instalações variadas de modo a facilitar a escolha individual” (NUCCI, 2008, p. 109). Sendo o repouso e o lazer direitos do ser humano assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, o governo, ainda, tem a obrigação de fornecer meios de lazer e recreação para a população para todas as idades e classes sociais, sendo que a liberdade de escolha do cidadão deve ser priorizada no planejamento dos espaços livres.

Sabendo que estudos relacionados à qualidade do ambiente urbano que possuem uma análise abrangente da questão ambiental, na qual se observa tanto as questões ambientais quanto as sociais, podem subsidiar um melhor planejamento das cidades políticas que visem menor impacto ao meio ambiente e um maior bem-estar para a população. Nesse sentido, foi proposto um estudo para se verificar a presença e a distribuição de espaços livres públicos e/ou áreas verdes, com o objetivo de conhecer estas variáveis e relacioná-las com a população que cada área atende, conhecendo assim se as áreas disponíveis estão sendo suficientes para o lazer e bem-estar da população.

MATERIAIS E MÉTODOS

Referencial Teórico Conceitual

Os problemas característicos das áreas urbanas, em virtude de seu rápido crescimento e a falta de políticas eficazes para seu ordenamento, vêm crescendo em quantidade e gravidade nas cidades brasileiras. As cidades tornam-se cada vez mais ambientalmente inadequadas para a ocupação humana, seja pelo excesso de concentração de população, falta de áreas livres e espaços de lazer.

A cidade é o meio que, substituído ao ecossistema natural, permitiu a sobrevivência do ser humano, sendo o espaço livre público destinado ao uso coletivo onde são realizadas diversas atividades, tornando-se um local onde as pessoas convivem interagindo com este novo meio (GASPARINI JR. e FONTES, 2002).

Conforme Coltro e Miranda (2007), o espaço urbano é considerado basicamente por espaços construídos - áreas edificadas compostas por casas, comércio e indústrias, áreas destinadas à circulação da população tais como o sistema rodo-ferroviário, e áreas não edificadas, definidas como “espaços livres de construção” (LIMA et al., 1994). Pode-se afirmar que, esses espaços livres, embora definidos de forma ampla, demonstram funções que desempenham papel fundamental na qualidade de vida das pessoas, assim como o são em outros países, como nos

de língua inglesa que são denominados de open space (JELICOE e JELICOE, 1996; Mc HARG, 1969); nos de língua alemã, como Freiraum (RICHTER, 1981); e, nos de língua castelhana, como espacios libres (Mc HARG, 2000), considerados desde meados do século XX como áreas de preservação dos recursos naturais e bem-estar da população (SHAMS, et. al. 2009). Os espaços livres públicos podem ser classificados em espaços de valor estético/simbólico, ambiental e recreativo. ROBBA e MACEDO (2004).

Espaços com valor estético e simbólico caracterizam-se por um alto grau de referência à população ou ainda por ser um apelo turístico. O valor ambiental atribuído a alguns espaços caracteriza-se pela preservação e proteção de elementos naturais, também sendo associadas às possibilidades de estudos, pesquisas, entre outros, favorecendo ainda, a melhoria de ventilação e aeração urbana, dispersão de poluentes, insolação em áreas muito adensadas, controle de temperatura, drenagem pluvial, proteção do solo contra erosões, proteção e valorização de cursos d'água. E, o valor recreativo, associado às possibilidades funcionais do espaço, o estudo em questão se aplica pela busca da mensuração do seu valor ambiental (SHAMS, et. al. 2009)

As atividades que os espaços livres públicos podem abrigar podem ser de caráter ativo ou passivo, ou seja, praticadas de forma consciente ou inconsciente (LOIS e LABAKI 2001). Atividades ligadas à recreação e ao passeio, usufruindo os melhores horários são consideradas ativas. E as passivas determinam-se pela ausência de escolha do usuário. As atividades ativas realizadas nos espaços livres públicos também são, em muitas vezes, determinadas pelas condições microclimáticas dos espaços, geradas pela presença ou não de vegetação, água e de mobiliário urbano. Entre os espaços livres, temos assim as áreas verdes, onde há o predomínio de vegetação arbórea, e que englobam as praças, os jardins públicos, os parques urbanos, os canteiros centrais e trevos de vias públicas, todos com função estética e ecológica desempenham a mesma função. (LIMA *et al.*, 1994).

NUCCI (2001) define área verde,

“... como um tipo especial de espaço livre onde há predominância de áreas plantadas e que deve cumprir três funções (estética, ecológica e lazer); vegetação e solo permeável (sem laje) devem ocupar pelo menos, 70% da área; deve ser pública e de utilização sem regras rígidas”.

Para OLIVEIRA (1996),

“... são áreas permeáveis (sinônimo de áreas livres) públicas ou não, com cobertura vegetal predominantemente arbórea ou arbustiva (excluindo-se as árvores nos leitos das vias públicas) que apresentem funções potenciais capazes de proporcionar um microclima distinto no meio urbano em relação à luminosidade, temperatura e outros parâmetros associados ao bem-estar humano (funções de lazer); com significado ecológico em termos de estabilidade geomorfológica e amenização da poluição e que suporte uma fauna urbana, principalmente aves, insetos e fauna do solo (funções ecológicas); representando também elementos esteticamente marcantes na paisagem (função estética), independentemente da acessibilidade a grupos humanos ou da existência de estruturas culturais como edificações, trilhas, iluminação elétrica, arruamentos ou equipamentos afins; as funções ecológicas sociais e estéticas poderão redundar entre si ou em benefícios financeiros (funções econômicas)”.

Segundo Robba e Macedo (2002), as áreas verdes, especificamente as praças, sempre foram celebradas como um espaço de convivência e lazer dos habitantes urbanos. E, como citado em Macedo e Sakata (2002), acredita-se que uma cidade com mais espaços públicos abertos e com oferta de áreas de recreação para a comunidade propiciam um estilo urbano mais agradável. A população das cidades sempre sente necessidade destes espaços, onde possa encontrar um cenário tranqüilo que tenha a ação de um antídoto contra as pressões e as tensões do trabalho. Gangloff (1996) também ressalta a importância das árvores e áreas verdes urbanas para a qualidade de vida nas cidades. Segundo ele, estas áreas valorizam o ambiente e a estética, além de promoverem um excelente meio para as atividades da comunidade, criando importantes espaços e oportunidades de recreação e educação.

Uma boa qualidade destes espaços deve favorecer a permanência prazerosa e tranqüila dos usuários, possibilitando o desenvolvimento de atividades sociais e conseqüentemente a

vitalidade urbana. Contudo, alguns fatores físicos e ambientais podem influenciar negativa ou positivamente na qualidade desses espaços, o que está de forma interligada a qualidade de vida da população, uma vez que a convivências sociais e experiências coletivas se concretizam nesses espaços. Segundo Rosset (2005), duas questões fundamentais devem ser consideradas quando se analisa a qualidade de vida. A primeira tem a ver com a necessidade dos indivíduos estarem relacionados com o contexto social, político e cultural em que vivem, e a segunda, está relacionada com a caracterização de um espaço em termos de bens e serviços existentes, bem como sua acessibilidade e facilidade de utilização.

ÁREAS DE ESTUDO

As áreas de estudos escolhidas fazem parte do setor oeste do município de Uberlândia, cidade localizada em 18° 55' 07" S 48° 16' 38" W, na região do Triângulo Mineiro. Está inserida no domínio do Cerrado e o clima apresenta sazonalidade evidente, com verão chuvoso (novembro a março) e inverno seco (abril a outubro) (ROSA *et al.*, 1991). O setor oeste é formado por 17 bairros, sendo o setor mais populoso de Uberlândia (Mapa 1). Foi realizado um levantamento das praças presentes no setor segundo três referências: o Caderno Informativo de 2007, o programa Cidade Digital disponibilizado pela prefeitura de Uberlândia e o Guia Sei de Uberlândia 2008/2009. Constatou-se a presença de 22 praças, no entanto, durante as visitas de campo houve o reconhecimento de outra praça presente no Bairro Luizote de Freitas (Tabela 1).



FONTE: Prefeitura Municipal de Uberlândia

MAPA 1. Mapa do Setor Oeste de Uberlândia. As áreas pontilhadas são os Parques Municipais e as áreas verdes são as praças. 01- Quartel, 02-Cemitério Bom Pastor, 03-Centro de Atendimento Psico-social CAPS AD, 04-ARIE Morada do Sol, 05-Parque Municipal Luizote de Freitas, 06- UAI Planalto, 07-AACD, 08-Praça Leopoldo Ferreira Goulart, 10- Parque Municipal do Mansour, 11- Parque Municipal do Óleo, 12-UAI Luizote de Freitas, 13-Unidade Básica de Saúde Jaraguá, 14-Centro de Bairro 1º de Maio, 15- Centro de Atendimento Psico-social CAPS Oeste.

TABELA 1

Relação das praças presentes no Setor Oeste. * Praça incluída após visita em campo.

Bairro	Praça Nome	Total
Chácaras Tubalina e Quartel		0
Dona Zulmira	Liberdade Minas Gerais	2
Guarani		0
Jaraguá	das Rosas Gefferson Guimarães da Silva Montese Rita Ferreira Huguene Sargento Ariston Souza Milhomem	5
Jardim Canaã	Emília Santos Leopoldo Ferreira Goulart Morum Bernadino	3
Jardim das Palmeiras	Theodora Santos	1
Jardim Europa		0
Jardim Holanda	José Nobre Júnior	1
Jardim Patrícia	Dr. Bolivar Carneiro Dr. Manoel Eurípedes Castro	2
Luizote de Freitas	Dr. Walter Luiz Manhães Edgar de Paula * Santa Maria dos Anjos	3
Mansour	Geraldo Dias Silva	1
Morada do Sol		0
Morada Nova		0
Panorama		0
Planalto	Régis Elias Simão	1
Taiaman	Sinfonia Antônio Carlos Araújo Dr. Carmo Freitas	3
Tocantins	Antonino Martins	1

FONTE: Programa Cidade Digital, Guia Sei de Uberlândia 2008/2009 e Caderno Informativo de 2007.

MÉTODOS

Após a compreensão dos fatores que envolvem a questão, foi realizada uma pesquisa *in loco* sobre as características de cada espaço para a avaliação de sua qualidade, havendo registro fotográfico do mesmo. A avaliação levou em consideração a área do espaço livre, a qualidade dos recursos oferecidos à população e as suas características físicas, como vegetação arbórea e o sombreamento oferecido pela mesma, grama, infra-estrutura, presença de fauna silvestre e lazer oferecido a população, a porcentagem dos espaços livres públicos em relação ao bairro em que estão presentes, o tamanho da população beneficiada por estes espaços, as funções que os

espaços livres públicos possuem e o bem-estar da população adquirida pela presença dos espaços livres públicos.

Houve várias incompatibilidades entre as praças existentes no setor segundo as fontes consultadas, tanto quanto a própria presença ou não das praças quanto ao tamanho das mesmas. Devido a essas incoerências, o quesito área não foi analisado quantitativamente, mas apenas relacionando a real área observada com os demais quesitos e a população do bairro no qual se localiza.

RESULTADOS

Os principais dados analisados (vegetação, grama, infra-estrutura e acessibilidade) foram organizados na Tabela 2. No entanto, há alguns detalhes que merecem maior atenção e por isso serão discutidos com maior detalhamento.

Algumas praças listadas (3 praças, 13,04%) não constituem efetivamente áreas verdes ou espaços livres públicos, uma vez que possuem apenas gramíneas naturais que, na maior parte dos casos, sequer haviam podas das mesmas. As praças que estão nessa categoria são: José Nobre Júnior, Liberdade e Morum Bernadino. Destas, apenas a José Nobre Júnior possui árvores, no entanto são jovens e não oferecem sombreamento.

As praças desta classe estão em situação quase que calamitosa, uma vez que muitos moradores aproveitam áreas como estas para depositar entulho, animais mortos, dentre outros resíduos. A praça Liberdade, por exemplo, está sendo utilizada pelos moradores como um depósito de lixo e de uma carroceria de caminhão velha. Estas ações podem gerar conseqüências para a saúde da população, uma vez que podem ser criatórios de larvas de mosquitos, além de servir de abrigo para animais peçonhentos.

Uma categoria importante de praças são as que constituem rotatórias ou canteiros. Estas muitas vezes não possuem características específicas de uma praça, como a presença de bancos, de árvores e de iluminação, sendo que, em sua maioria, apresentam apenas grama e, em alguns casos, algumas espécies de valor paisagístico, como flores e pingos-de-ouro (*Duranta repens aurea*). As praças que se enquadram nesta categoria são: das Rosas, Dr. Carmo de Freitas, Emília Santos, Gefferson Guimarães da Silva, Minas Gerais, Rita Ferreira Huguenev. Esta classe representa 26,09% das praças analisadas.

Nestas praças não houve a constatação da presença de fauna. Todas apresentaram ervas daninhas em sua grama e, devido a falta de lixeiras, possuíam lixo espalhado pelo chão. A grama, em geral, continha algumas falhas e estava com sementes. Além disto, a Praça Rita Ferreira Huguenev apresentava uma árvore morta.

A maioria das praças visitadas (13 praças, 56,52%) possui as características básicas de praças (bancos, arborização, sombreamento e iluminação), no entanto ainda é um número pequeno em relação à quantidade de praças que efetivamente deveriam existir no setor.

A vegetação presente nas praças da categoria apenas é suficiente em três das treze. Quanto à presença de árvores frutíferas, duas das três apresentam árvores frutíferas, enquanto das demais apenas ocorrem em uma.

Em apenas três praças houve a constatação da presença de fauna, dado que está relacionado aos dados de vegetação. Isto indica que as áreas verdes do Setor Oeste de Uberlândia possuem baixa função ecológica, provavelmente devido à prevalência de espécies com fins paisagísticos, tais como arbustos decorativos e coqueiros em fase não reprodutiva, uma vez que raramente há alocação de árvores frutíferas nas mesmas.

A qualidade e a quantidade de bancos na área variaram nas praças analisadas, podendo ter boa quantidade de bancos e boa manutenção (5), boa quantidade e má manutenção (7), quantidade abaixo do esperado e boa manutenção (1) e quantidade abaixo do esperado e má manutenção (0). Apesar da maioria das praças possuírem quantidade suficiente de bancos, a maioria dos mesmos estava exposta diretamente ao Sol, o que os deixam menos atrativos à população, principalmente durante dias quentes.

TABELA 2. Lista das praças do Setor Oeste de Uberlândia – MG e as características analisadas. S é Sim, N é Não. Função: P é Paisagística; EP é Ecológica e Paisagística. Pavimentação: B é Broquete, C é Cimento, CB é Cimento com Brita, PM é Pedra Macaquinho.

Praça	Vegetação arbórea			Grama		Infraestrutura					Acessibilidade	
	Presença	Função	Sombreamento	Falhas	Manutenção	Pavimentação	Bancos	Iluminação	Lixeiras	Lazer	Rampas	Piso tátil
Antonino Martins	S	P	20%	N	Boa	B	S	S	N	N	N	N
Antônio Carlos Araújo	S	P	70%	N	Regular	C	S	N	N	N	N	N
das Rosas	S	P	5%	S	Ruim	N	N	N	N	N	N	N
Dr. Bolivar Carneiro	S	P	8%	S	Boa	C	S	S	N	Equipamentos de ginástica	S	N
Dr. Carmo Freitas	S	P	2%	S	Ruim	C	N	S	N	N	N	N
Dr. Manoel Eurípedes Castro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dr. Walter Luiz Manhães	S	P	20%	S	Ruim	C	S	S	N	Quadra de vôlei improvisada	N	N
Edgar de Paula	S	EP	20%	S	Ruim	N	S	S	N	Mesas com tabuleiros	N	N
Emília Santos	N	-	-	N	Ruim	C	N	N	N	N	N	N
Gefferson Guimarães da Silva	S	P	10%	N	Ruim	N	N	N	N	N	N	N
Geraldo Dias Silva	S	P	3%	N	Regular	C	S	S	N	Quadra poliesportiva	N	N
José Nobre Jr	S	P	1%	S	Ruim	N	N	N	N	N	N	N
Leopoldo Ferreira Goulart	S	P	15%	N	Ruim	PM	S	S	N	Quadra poliesportiva	N	N
Liberdade	N	-	-	N	-	N	N	N	N	N	N	N
Minas Gerais	S	P	2%	N	Ruim	C	N	N	N	N	N	N
Montese	S	EP	50%	S	Ruim	B	S	S	N	Quadra poliesportiva	N	N
Morum Bernadino	N	-	-	S	Ruim	N	N	N	N	N	N	N
Régis Eias Simão	S	P	7%	S	Ruim	C	S	S	N	N	S	N
Rita Ferreira Huguenev	S	P	6%	N	Ruim	C	N	S	N	N	S	N
Santa Maria dos Anjos	S	P	40%	N	Péssima	PM	S	S	N	N	N	N
Sargento Ariston Souza Milhomem	S	P	4%	N	Boa	CB	S	S	S	Equipamentos de ginástica	N	N
Sinfonia	S	P	15%	N	Boa	PM	S	S	N	N	S	N
Theodora Santos	S	EP	50%	N	Regular	B	S	S	N	N	N	N

Em apenas seis praças houve uma preocupação com o lazer da população e, mesmo assim, não havia diversidade de opções. A opção mais comum observada foi a instalação de quadras esportivas, mas também haviam mesas com tabuleiros de xadrez e a instalação de equipamentos para ginástica. Os tabuleiros de xadrez e os equipamentos de ginástica estavam bem conservados, no entanto as quadras esportivas apresentaram marcas de má conservação, tais como rachaduras no piso com gramíneas nascendo, traves de futebol e basquete apresentavam ferrugens e pintura descascada. Além disto, houve casos em que não havia a tabela de basquete, o que deixa a prática do esporte inviável.

Em algumas das praças em que não havia opções de lazer, foi observado que as pessoas, principalmente crianças, utilizavam o gramado para a prática esportiva ou instalaram traves em locais descampados para a prática do vôlei. Além disto, a Praça Theodora Santos é utilizada pela população do bairro para a prática da caminhada.

A pavimentação das praças desta categoria variou, podendo ser de cimento, cimento com brita, broquetes, pedra macaquinho ou mesmo não possuir pavimentação. Cinco praças apresentaram rachaduras e/ou buracos em sua pavimentação, os quais podiam ter apenas alguns centímetros ou metros de extensão (Foto 1).

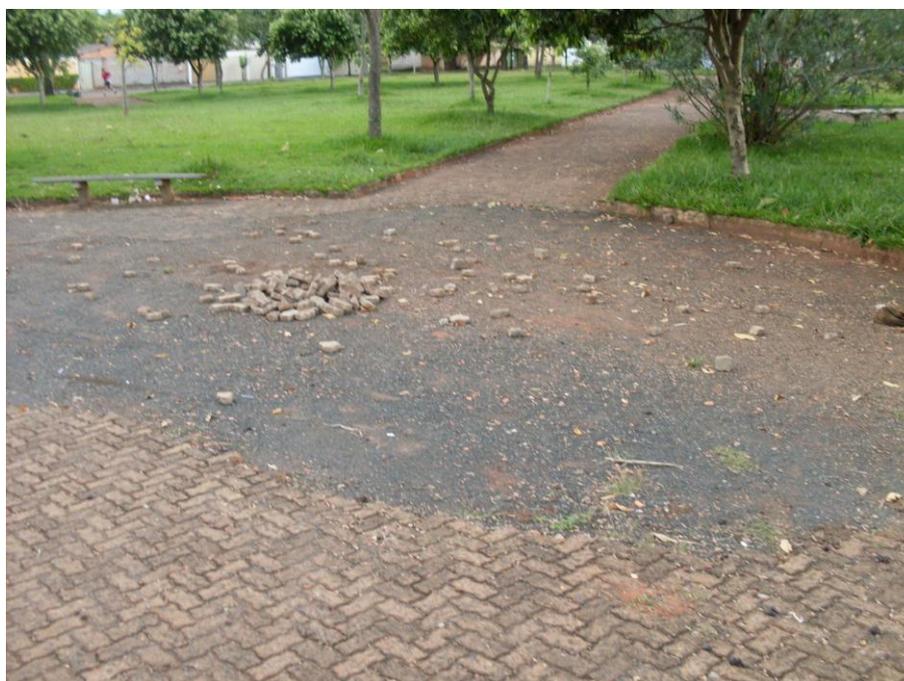


FOTO 1. Buraco presente na Praça Theodora Santos, bairro Jardim das Palmeiras, Uberlândia, Minas Gerais.
AUTOR: Bárbara Beatriz da Silva Nunes.

Apenas quatro praças possuem acesso das pessoas com deficiência física e nenhuma das 23 praças objeto de estudo possuía piso tátil. Nestas, um fato controverso é que mesmo nas praças onde havia rampas, em nenhuma das esquinas adjacentes possuíam a mesma infra-estrutura.

Apesar de Uberlândia possuir 100% de sua frota de ônibus coletivos com acesso às pessoas com deficiência, a falta de infra-estrutura de acesso às calçadas e praças podem inviabilizar o acesso destes cidadãos ao transporte público, uma vez que vários pontos de ônibus estão presentes nestas praças.

Um caso que merece atenção especial se refere à praça Dr. Bolívar Carneiro, a qual apresenta área de um quarteirão do bairro segundo as duas fontes consultadas e, na realidade, apresenta apenas cerca de um terço da mesma. Segundo moradores, o restante da sua área foi cedida à uma escola particular em troca da prestação de serviços da mesma à prefeitura.

Além disto, quando os moradores vizinhos a várias praças foram questionados quanto à manutenção da grama e de árvores por funcionários da prefeitura, estes relataram que a poda ocorre apenas duas vezes por ano, o que é inviável, principalmente na época das chuvas (novembro à março).

Duas praças apresentaram estar com problemas de pragas, tais como cupins e formigas, bem como

ervas daninhas e matos, as quais afetam a qualidade destes espaços. Além disto, uma praça apresentava uma árvore morta. Estas ocorrências são indicativas da falta de manutenção das áreas, o que condiz com a afirmação dos moradores da região.

Um caso que não se enquadra em nenhuma das categorias anteriores se refere à praça Dr. Manoel Eurípedes Castro (1 praça, 4,35%). Segundo o programa Cidade Digital disponibilizado pela prefeitura esta praça deveria possuir aproximadamente 1,49ha e, no entanto, toda a área foi destinada a outros fins, como a construção de uma escola municipal, do Centro de Reabilitação Municipal e uma igreja.

CONCLUSÃO

Notou-se que o estudo e a documentação dos efeitos das áreas vegetadas sobre a qualidade de vida da população são importantes mecanismos para prover um melhor esclarecimento sobre a importância da arborização nas cidades. A comprovação de sua vantajosa presença no ambiente urbano, favorecendo o conforto térmico, e ainda desempenhando funções tais como: visão paisagística, melhorias ecológica e psicológica à população, corrobora que seu emprego em espaços livres públicos traz benefícios consideráveis a esses espaços.

Apesar de muitos trabalhos demonstrarem a importância das árvores urbanas, não se pode perceber uma atenção focada para este assunto nas políticas públicas dos centros urbanos, pois apesar de sua grande relevância, poucas cidades brasileiras possuem um planejamento efetivo para arborização de suas vias e espaços públicos, mesmo porque o Brasil carece de uma política nacional específica para o referido setor, que venha estabelecer diretrizes norteadoras para sua gestão, perdendo-se assim sua eficácia.

Verificou-se, de maneira geral, que grande parte desses espaços livres são mal cuidados, principalmente devido a uma planejamento da Prefeitura Municipal de Uberlândia para cuidar da arborização, manutenção e limpeza dessas áreas. Estas ações são incompatíveis com a função de uma área verde, já que esta presumidamente deveria exercer uma função ecológica e paisagística.

A grande maioria das praças não se enquadra na categoria de espaços livres públicos, o que limita o acesso ao lazer para as pessoas de baixa renda. Além disto, as que oferecem lazer à população apenas ofertam uma opção, o que é contrário aos direitos assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Apesar do setor oeste de Uberlândia ser o mais populoso da cidade, as praças presentes no setor não são suficientes para suprir toda a demanda. Considerando todos estes fatores e a legislação vigente é necessário que a cidade de Uberlândia invista na revitalização de praças, bem como a instalação de novas áreas verdes e de espaços livres públicos.

REFERÊNCIAS

BRITO, J. L. S.; PRUDENTE, T. D. Análise temporal do uso do solo e cobertura vegetal do município de Uberlândia-MG, utilizando imagens ETM+ / Landsat 7. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 17, n. 32, p. 37–46, jun. 2005.

COLTRO, E. M.; MIRANDA, G. M. **Levantamento da arborização urbana pública de Irati - PR e sua influência na qualidade de vida de seus habitantes**. In.: Revista Eletrônica Lato Sensu, Ano 2, Número 1, 2007. p. 27 – 48.

GANGLOFF, D. Urban forestry in the USA. In: **Second National Conference on Urban Forestry**. USA, K D. Collins, 1996. p. 27-29.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **IBGE - Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 3 out. 2009.

JELICOE, A. G. & JELICOE, S. **The landscape of man**. 3.ed. Londres: Thames and Hudson, 1996. 408p.

JESUS, T. S.; SOUZA, R. M. Ambiente urbano e qualidade de vida: uma análise da (in)sustentabilidade na cidade de Nossa Senhora da Glória/SE. **Scientia Plena**, São Cristóvão, v. 3, n. 5, p. 133–141, set. 2007. Disponível em: <http://www.scientiaplena.org.br/sp_v3n5p133_141.pdf>. Acesso em: 27 set. 2009.

KORMONDY, E. J.; BROWN, D. E. **Ecologia humana**. Tradução de Max Blum. Coordenação editorial da edição brasileira Walter Alves Neves. São Paulo: Atheneu, 2002. 503 p.

LIMA, A. M. L. P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C.; SOUSA, M. A. L. B.; FIALHO, N. O.; DEL PICCHIA, P. C. D. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In.: Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana, II; Encontro Nacional sobre Arborização Urbana, **Anais...** São Luís: Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, 1994. p. 539-553.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. C. T. Qualidade ambiental urbana de Osvaldo Cruz/SP. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, XIII, 2007, Viçosa. **Anais...** Viçosa: UFV/ Departamento de Geografia. Disponível em: <http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo11/089.pdf>. Acesso em: 27 set. 2009.

LOIS, E.; LABAKI, K. L. C. Conforto térmico em espaços externos: uma revisão. In.: Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído, VI; Encontro Latino-Americano de Conforto no Ambiente Construído, III, 2001. São Pedro. **Anais...** São Pedro: ANTAC, 2001. p. 209-212.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora Edusp, 2002 - 207p.

Mc HARG, I. Design with Nature. **New York: American Museum of Natural History**, 1969. 197p.

Mc HARG, I. **Projectar con la naturaleza**. Barcelona Gustavo Gili, 2000. 197p.

MENDONÇA, M. G.; LIMA, S. C. Histórico da gestão ambiental no município de Uberlândia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 8–17, set. 2000.

MILLER-JÚNIOR, G. T. **Ciência Ambiental**: tradução da 11 ed. norte-americana. Tradução de All Tasks; revisão técnica de Welington Braz Carvalho Delitti. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 501 p.

MIRANDA, E. E. de; GOMES, E. G.; GUIMARÃES, M. **Mapeamento e estimativa da área urbanizada do Brasil com base em imagens orbitais e modelos estatísticos**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.urbanizacao.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 3 out. 2009.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001. 150 p.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP). 2 ed. Curitiba: Edição do Autor, 2008. 142 p. Disponível em: <http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/qldade_amb_aden_urbano.pdf>. Acesso em: 13 set. 2009.

Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Cidade Digital**. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/>>. Acesso em: 5 out. 2009.

OLIVEIRA, C. H. **Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e propostas**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Ecologia Urbana.) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos. 132 p. São Carlos, 1996.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. Praças Brasileiras. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, Rio Claro, v. 2, jul-dez – 2004. p.87-88.

ROSSET, F. **Procedimentos metodológicos para estimativa do índice de áreas verdes públicas. Estudo de caso: Erechim, RS.** Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos. 60 p. São Carlos, 2005.

ROSA, R.; LIMA, S.C.; ASSUNÇÃO, L.W. Abordagem preliminar das condições climáticas de Uberlândia (MG). **Sociedade & Natureza**, v. 3, n. 5 e 6, p. 91-108, 1991.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE. **Caderno informativo 2007.** 5ª edição. Junho/2007. 141 p. Disponível em: <http://www3.uberlandia.mg.gov.br/midia/documentos/planejamento_urbano_e_meio_ambiente/Caderno_informativo_2007.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2010.

SHAMS, J. GIACOMELI, D. SUCOMINE, N. Emprego da Arborização na Melhoria do Conforto Térmico nos Espaços Livres Públicos. **REVSBAU – Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana** – Piracicaba – SP. V. 4; n 4. 2009, p. 1 – 16.

TEIXEIRA, O. A.; LAGES, V. N. Do produtivismo à construção da agricultura sustentável: duas abordagens pertinentes à questão. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p.347-368. 1996. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v13/cc13n304.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2009.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. **História para o ensino médio:** história geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2002.